



## Para ministra, projeto de novo código leva a desmatamento

Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, disse que o texto da proposta de reforma do Código Florestal em tramitação no Senado é "inaceitável", pode levar ao fim das áreas de preservação permanente e até prejudicar a agropecuária

**A** APP assegura água, solo e proteção da fauna, sem os quais não há serviços ambientais, estratégicos para a produção sustentável da agricultura, disse a ministra em audiência da CMA e da CRA. Ela ainda destacou que o país perde 822 milhões de toneladas de solo agrícola por ano. **5**



Ao lado de Gurgacz (E) e Rollemberg, Izabella expõe a posição do governo



Senadores das comissões de Meio Ambiente e de Agricultura durante audiência



Para Thelma Krug, do Inpe, países emergentes não precisam repetir erros

### Horizonte do país pode ser de crescimento sem devastação

O Brasil tem um potencial enorme para crescer com programas de desenvolvimento limpo característicos da

chamada economia verde, afirmaram ontem no Senado especialistas em meio ambiente e em ciência e tecnologia. **4**

**Combate ao tráfico de menor obtém vitória na CDH **3****

**SUS poderá distribuir vacina gratuita contra HPV **3****

**Para ONG, Brasil sem Miséria deve incluir pessoa com deficiência **7****



Fernando Henrique, ao lado de Michel Temer (C) e Sarney: homenagens no Senado, onde atuou durante 12 anos

### Homenagem e elogios nos 80 anos de FHC

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi alvo de elogios no Auditório Petrônio Portella, e em discursos no Plenário ontem, pelos seus

80 anos. Ele explicou sua opção de se dedicar a novas causas mundiais e afirmou que o Brasil precisa dar um salto de qualidade nos serviços públicos. **6**

### Secretaria indígena avança **3**

### Aprovados embaixadores para Nepal e Serra Leoa **8**

Senador Fernando Collor, presidente da CRE, entre os diplomatas Marcos Borges Duprat (E) e Jorge Alcazar



### CRE ratifica acordo para a criação da Unasul

Três meses depois de entrar em vigor, o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foi aprovado ontem pela CRE. **8**



Mudanças propostas ao relatório se relacionam a cargos, redução salarial, estrutura da Consultoria Legislativa e vinculação funcional de áreas de atividades-fim do Senado

## Ferraz analisa substitutivo à reforma administrativa

RELATOR DO PROJETO que altera o Regulamento Administrativo da Casa, Ricardo Ferraz (PMDB-ES) está analisando o substitutivo apresentado na última quarta-feira por Benedito de Lira (PP-AL) durante reunião da subcomissão criada para examinar o projeto de reforma administrativa. A próxima reunião do colegiado está marcada para terça-feira, às 18h30.

O texto de Benedito de Lira incorpora o conteúdo de quatro emendas propostas por Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao relatório de Ricardo Ferraz. As alterações dizem respeito a nomenclatura e atribuições de cargos, reduções salariais, estrutura da Consultoria Legislativa e vinculação funcional de áreas relacionadas



Texto alternativo foi apresentado na quarta-feira por Benedito de Lira

a atividades-fim do Senado ao Conselho de Administração.

Antes da apresentação do substitutivo, o relator já havia, verbalmente, aprovado duas das emendas e rejeitado outras duas.

De acordo com a assessoria de Ferraz, ele passou o dia analisando as alterações para apresentar na terça-feira uma análise comparativa entre o seu texto e o substitutivo do senador alagoano.

A proposta de reforma administrativa começou a tramitar no Senado no final de 2009, com base em estudo encomendado pelo Senado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e discussões internas.

A subcomissão foi criada em 2010, quando foi entregue o primeiro relatório. Os trabalhos foram retomados em março de 2011, sob a presidência de Eduardo Suplicy (PT-SP). Também integra o colegiado o 1º secretário do Senado, Cícero Lucena.

## Malta critica liberação de acusado de pedofilia



Magno Malta (PR-ES) criticou a revogação do mandado de prisão de um funcionário do Banco Central, José Carlos Jacob de Carvalho, acusado de divulgar imagens de pedofilia pela rede do Senado. O acusado tem dupla cidadania e fugiu para Portugal, voltando no fim de 2010, depois de decisão judicial. O senador pediu que o Conselho Nacional de Justiça analise o caso e informou que o acusado reassumiu suas funções no BC.

## Geovani questiona lei que muda prisão preventiva



Geovani Borges (PMDB-AP) disse que as mudanças introduzidas pela Lei 12.403/11 em relação aos critérios para decretação da prisão preventiva poderão ser "um tiro no pé". Alguns temem um aumento da sensação de impunidade.

– O meliante vai para a delegacia, mas não ficará preso – afirmou.

Já outros especialistas veem na nova lei uma solução para a superlotação dos presídios.

## Marinor cobra nomeação de aprovados no Pará



Marinor Brito (PSOL-PA) reivindicou ontem a nomeação imediata de 392 candidatos aprovados em concurso público para o Instituto Evandro Chagas, órgão voltado à pesquisa biomédica e a serviços em saúde pública, localizado no município de Ananindeua, no Pará. Segundo informou a senadora, mais de 80% desses aprovados já atuavam como contratados na instituição, que, desde fevereiro, suspendeu o pagamento dos salários.

## Pinheiro crê em consenso contra a homofobia



Walter Pinheiro (PT-BA) registrou a realização de reunião de senadores em busca de consenso na elaboração de texto que dê "uma resposta veemente a qualquer forma de preconceito, intolerância ou prática de homofobia que se configure como atentado à vida".

– Temos que sair do genérico, temos que tipificar quais são as práticas levianas e como elas devem ser punidas e banidas da sociedade – disse Walter Pinheiro.

## Regulamentação da TV por assinatura na ordem do dia

Foi aprovado ontem em Plenário requerimento para tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 116/10, que unifica a legislação sobre TV por assinatura. Com a medida, de iniciativa do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto entra na ordem do dia de terça-feira.

A matéria, entretanto, só poderá ser apreciada após a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 17/11, que institui o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para licitações e contratos para a Copa do Mundo. Lido na sessão de quarta-feira, o projeto tranca a pauta de votações e perde validade em 16 de julho.

O PLC 116/10 chega ao Plenário em clima controverso. Debatida por cinco comissões em 16 de junho, a matéria encontra resistências de parte do setor de telecomunicações. A proposta trata do serviço de TV por assinatura como um todo, desde a emissão, a transmissão e a recepção, por qualquer meio eletrônico, das imagens até a programação e a entrega do conteúdo aos assinantes.

Trechos que causaram divergências são a entrada das empresas de telefonia no mercado de TV a cabo, o fim das restrições ao capital estrangeiro e a criação de cotas para a produção nacional e regional na programação.



Jucá saudou ministro Paulo Bernardo pelo anúncio do plano



Humberto destacou trabalhos de estudantes pernambucanos

## Jucá elogia Plano Nacional de Banda Larga

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), saudou o lançamento, ontem, do Plano Nacional de Banda Larga. O senador mencionou a adesão de diversas empresas de telefonia ao programa.

– Quero aqui parabenizar o ministro Paulo Bernardo por essa construção técnica e política, que facilita a implementação do plano de banda larga – elogiou.

O líder informou que a banda larga de 1 Mb custará R\$ 29,80 nos estados com isenção de ICMS e R\$ 35,00 naqueles em que não houver a isenção do imposto.

Jucá agradeceu ao ministro por ter atendido as reivindicações da bancada de Roraima, que pediu que o estado fosse incluído no plano, junto com outros do Norte e Nordeste.

## Humberto Costa saúda finalistas da Imagine Cup

Humberto Costa (PT-PE) elogiou ontem estudantes brasileiros – em especial os pernambucanos, maioria no grupo – finalistas do concurso Imagine Cup. Lançada em 2003 pela Microsoft, a iniciativa quer estimular jovens acadêmicos a pensar formas de colocar a inovação tecnológica a serviço da melhoria da vida das pessoas.

Quatro projetos finalistas de universitários de Pernambuco foram citados por Humberto. Um deles cria um sistema que permite monitorar os sinais vitais do paciente antes do atendimento médico, podendo ser usado em salas de atendimento, ambulâncias e até em tendas improvisadas. Outro é uma aplicação para dispositivos móveis que possibilita a comunicação fluente, em tempo real, entre surdos e não surdos.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão sem projetos em pauta

9h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a discursos dos senadores e comunicados da Mesa.

### CMA/CRA Debate sobre o Código Florestal

14h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a de Agricultura e Reforma Agrária realizam debate conjunto sobre o Código Florestal. Foram convidados, entre outros, o consultor jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras, Leonardo Papp, e o assessor técnico da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil Rodrigo Justus.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



Claudia Lyra (E) e Doris Peixoto, com os debatedores: tecnologia de informação como instrumento de eficiência e transparência

## Fórum discute importância do portal LexML

O portal LexML Brasil, especializado em informação jurídica e legislativa, foi o tema dos debates ontem no fórum que comemora os cinco anos da comunidade TIControl. A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, disse que

o portal é um instrumento importante para o cumprimento do preceito constitucional que garante o acesso à informação, além de contribuir para a agilização de processos judiciais, administrativos e legislativos.

– O LexML expressa a razão

de ser da comunidade TIControl: criar as condições para que a tecnologia da informação seja um instrumento de eficiência e da transparência da administração pública – disse.

Doris Peixoto, diretora-geral do Senado, também participou.



## Contra o tráfico, viagem de menor ao exterior deve constar do termo de guarda

A pessoa que detiver a guarda de um menor só poderá viajar com ele para o exterior se isso estiver expressamente autorizado pelo termo de guarda. A determinação consta de projeto apresentado por Itamar Franco (PPS-MG) para coibir o tráfico de crianças e adolescentes para o exterior.

A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e terá decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No projeto (PLS 219/11), o parlamen-

tar considera alarmantes as notícias sobre menores expatriados pelos responsáveis, passando a viver no exterior em condições precárias. Segundo Itamar, pessoas inescrupulosas obtêm a guarda de menores desamparados com a finalidade de enviá-los a outros países, "onde são colocados a serviço dos interesses pessoais dos responsáveis ou de terceiros".

O relator, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), aponta que os objetivos dessa prática criminosa são o tráfico de órgãos e a escravidão – inclusive sexual.

## Senadores pedem repatriação de crianças retidas na Alemanha

A CDH pedirá aos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores que intercedam junto ao governo da Alemanha para a repatriação de duas crianças brasileiras retidas no juizado de menores da cidade de Baden-Baden.



Jacy Raduan-Berger levou filhos para ver pai na Alemanha e não pode trazê-los de volta

A mãe das crianças – que têm 3 e 5 anos –, Jacy Raduan-Berger, esteve ontem na CDH e disse que levou os filhos para ver o ex-marido e os avós, que são alemães, mas foi impedida de regressar com eles para o Brasil. Com os passaportes apreendidos por solicitação do ex-marido à Justiça alemã, as crianças estão vivendo no juizado de menores, conforme o relato da mãe.

Por solicitação de Eduardo Suplicy (PT-SP), a CDH vai encaminhar, junto com o pedido de providências às autoridades brasileiras, cópias das notas taquigráficas do depoimento de Jacy Raduan.

Marta Suplicy (PT-SP) disse que os senadores vão se empenhar pela repatriação das crianças e que estarão ao lado da mãe até o desfecho do caso.

## CPI do Tráfico de Pessoas inicia hoje, em Manaus, série de debates nos estados

A CPI do Tráfico Internacional de Pessoas realiza hoje, em Manaus, a primeira de dez audiências públicas nos estados para discutir o problema da exploração sexual. Criada para investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, no período de 2003 a 2011, a CPI ainda deve realizar debates nas cidades de Belém, Macapá, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Campo Grande, Goiânia e São Paulo.

O encontro de hoje ocorrerá na Assembleia Legislativa do Amazonas,

a partir das 9h30. A presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e a relatora, Marinor Brito (PSOL-PA), confirmaram presença no debate, que terá participação de várias autoridades locais.

Segundo Vanessa, a comissão deverá concluir seus trabalhos com a apresentação de propostas legislativas para acabar com o tráfico de pessoas. Os cidadãos podem fazer denúncias aos senadores pelo site especial criado pela CPI.

## Lídice destaca ações do governo baiano voltadas para crianças e adolescentes

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou em Plenário ações realizadas entre 2007 e 2010 pelo Comitê Gestor Estadual do Pacto na Bahia em benefício de crianças e adolescentes do estado. O comitê, explicou a senadora, foi criado para implementar o pacto "Um mundo para a criança e o adolescente do semiárido".

Lançado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o pacto une esforços do governo da Bahia, da sociedade civil, de organismos internacionais e de empresas privadas com o objetivo de garantir os direitos dos cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes do semiárido baiano.



Lídice: pacto beneficia 2,8 milhões de menores do semiárido baiano

Entre as ações desenvolvidas pelo comitê, relatadas por Lídice, estão a luta pelo direito à água. Por meio do programa Água nas Escolas, foram licitadas obras para 33 escolas de 13 municípios, incluindo construção de cisternas de captação das águas dos telhados e de galpões com cozinha e cantina, além de melhorias sanitárias.

A senadora citou também a construção, pelo comitê, de 674 cisternas para 367 escolas e comunidades rurais baianas; a realização de seminário de formação de professores; e a capacitação de 30 técnicos municipais para a implantação de cisternas emergenciais.



A relatora, Ângela Portela (ao lado de Ataídes Oliveira e Eduardo Suplicy), defendeu a aprovação, lembrando que benefícios sociais e sanitários devem superar amplamente os custos com a vacina

## Vacina gratuita contra HPV pode ser garantida a mulheres dos 9 aos 45

Projeto de Vanessa Grazziotin prevê imunização gratuita pelo SUS contra o vírus causador da maioria dos casos de câncer de colo de útero

MULHERES ENTRE NOVE e 45 anos poderão ter o direito de receber gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a vacina contra o papilomavírus humano (HPV). É o que prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A ideia é oferecer às mulheres um aliado no combate ao vírus, transmitido por contato sexual, considerado a principal causa do câncer do colo de útero.

O projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) agora será debatido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa – poderá seguir diretamente a exame na Câmara dos Deputados, sem passar pelo Plenário.

A senadora observa no projeto que o câncer de colo uterino é o segundo que mais afeta a população feminina, só perdendo para o de mama. Citando dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), ela afirma que são estimados 18.430 novos casos da doença e 4.800 mortes por

ano. Além disso, Vanessa observa que a maior incidência ocorre entre mulheres de baixa renda e menor escolaridade nas regiões Norte e Nordeste.

Apesar dos altos custos associados a um programa abrangente de vacinação contra o HPV, a relatora, Ângela Portela (PT-RR), alegou que os benefícios sociais e sanitários vão superar os gastos com ampla vantagem. Atualmente, a vacina é oferecida apenas em clínicas privadas, por preços nunca inferiores a R\$ 600 pelas três doses necessárias e que podem chegar perto de R\$ 1.500 em alguns estabelecimentos.

No debate, Marta Suplicy (PT-SP) observou que pode ser difícil assegurar a vacina a toda a população feminina, de forma imediata, em um país tão grande. Porém, a senadora salientou que nada impede que a vacina comece a ser aplicada, especialmente nas regiões onde se registra a maior incidência de infecção pelo HPV.

## CDH aprova projeto que cria secretaria para tratar das questões indígenas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto de Vicentinho Alves (PR-TO) que sugere a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas, com status ministerial. Pelo texto (PLS 173/11), o órgão ficaria vinculado à Presidência da República e absorveria as funções, o pessoal e os recursos materiais da atual Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde.

Ao argumentar a favor da atribuição de status ministerial à Secretaria Nacional dos Povos Indígenas, o relator, Paulo Paim (PT-RS), observou que esse é o nível hierárquico da atual Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e que o projeto era apenas autorizativo, já que a iniciativa de propor novos órgãos cabe ao Executivo. Apesar disso, ressaltou que nada impede os senadores de se manifestar sobre o tema, cabendo ao governo decidir adiante se cria ou não o órgão.

Vicentinho Alves argumenta que a dispersão de competências legais e de recursos humanos tem provocado confusão entre os órgãos envolvidos na política indigenista, com graves prejuízos para esse

grupo da população. Na sua avaliação, com status de ministério, a nova secretaria poderá articular de forma mais eficiente a atuação dos órgãos envolvidos nas questões indígenas, além de contar com quadro técnico mais estruturado e maior capacidade orçamentária.

### Saúde indígena

Além do projeto, que ainda seguirá para Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, dois requerimentos para audiências públicas sobre temas de interesse da população indígena foram também aprovados.

Uma delas prevê a presença do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para esclarecer denúncias de descaso no atendimento médico aos índios e fraudes na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), responsável pelos serviços.

No requerimento que trata dos problemas, os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) citam denúncias publicadas pela revista *Veja* com base em investigação da Polícia Federal, relatando mortes de crianças e adultos nas aldeias por falta de assistência médica.



## Estados querem secretarias de defesa civil

Os coordenadores da defesa civil nos estados da região Centro-Oeste defenderam a criação de secretarias estaduais de defesa civil em debate ontem no Senado.

Os que estiveram presentes à audiência, organizada pela Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, também querem que as entidades do setor tenham orçamento próprio e criticaram a demora na liberação de verbas para as cidades atingidas por desastres climáticos. Como exemplo, lembraram que, até o momento, não foi liberado o dinheiro prometido para reconstrução após as calamidades do ano passado.

Os coordenadores também concordaram com a necessidade de um programa que capacite e prepare a população para a primeira resposta a um desastre. Outra mudança sugerida é em relação à dificuldade para a região conseguir a decretação de estado de emergência, pois a lei não incluiu erosão entre as possibilidades. O solo da região Centro-Oeste é propício à erosão.

O presidente da comissão, senador Jorge Viana (PT-AC), que mediou o debate, disse que a meta é entregar propostas objetivas para que o Senado possa promover as mudanças necessárias na legislação.

Ele ressaltou a existência de uma "insegurança orçamentária" e anunciou já ter apresentado emenda para impedir o contingenciamento dos recursos destinados à defesa civil. O senador alertou que o crescimento econômico está ampliando as áreas de risco, o que também remete o problema ao novo Código Florestal.

– Não podemos seguir contando corpos – afirmou.

O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) lamentou a ausência do representante de Mato Grosso do Sul, pois o estado é recordista em número de municípios em situação de emergência e em população afetada. Ele defendeu as ações de prevenção, com estações meteorológicas e sistemas de alarme, de capacitação das populações e a criação das secretarias estaduais.



Senadores Casildo Maldaner (E), Jorge Viana e Delcídio do Amaral

Pesquisadora do Inpe aponta instrumentos que podem ajudar países em crescimento a atingir patamar de nação desenvolvida sem que seja preciso dizimar florestas nativas



Representante do MCT, Mercedes Bustamante fala na audiência pública conjunta da CMA e da Subcomissão Rio+20

## “Brasil tem potencial para projetos da economia verde”

ESPECIALISTAS EM MEIO ambiente, ciência e tecnologia afirmaram, em audiência pública, que o Brasil tem enorme potencial para desenvolver projetos e programas da chamada economia verde. O debate foi realizado conjuntamente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e pela Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Para a pesquisadora Thelma Krug, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), pro-

gramas e projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e de redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD) podem ser usados pelos países em crescimento como instrumento de mudança de paradigma e de modelo de desenvolvimento.

Segundo ela, os países emergentes podem evitar o mesmo caminho das atuais nações desenvolvidas. A pesquisadora afirmou que esses instrumentos podem ajudar os países em desenvolvimento a alcançarem o patamar de nação desenvolvida sem que seja preciso dizimarem

suas florestas nativas.

Thelma Krug informou que os projetos de MDL e de REDD envolvem a diminuição do desmatamento e da degradação florestal, a conservação de estoques de carbono e o manejo sustentável de florestas, entre outros.

Entretanto, ela acredita que as consequências negativas das mudanças climáticas só diminuirão efetivamente se os países mais ricos e desenvolvidos “fizerem sua parte”, ou seja, os esforços de países como Brasil, Índia e China sozinhos não serão suficientes para impedir o aumento do desequilíbrio ambiental.

## Suinocultura sustentável reduz efeito estufa

O representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Rossato, explicou detalhadamente como funciona o Programa Suinocultura Sustentável Sadia – 35, do qual é coordenador. Capiteado pela organização sem fins lucrativos Instituto Sadia, o programa é um projeto enquadrado como MDL que cria parcerias com criadores de porcos que fornecem carne à Sadia. O programa contribui para a diminuição das emissões de gases causadores do efeito estufa utilizando biogestores para o tratamento de dejetos suínos.

Já a representante da organização civil Amigos da Terra Brasil, Lucia Ortiz, explicou que a entidade tem atuação mais significativa na região amazônica, defendendo a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, de proteção do meio ambiente e de atividades econômicas sustentáveis.

O Ministério de Ciência e Tecnologia enviou dois representantes da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento: Mercedes Bustamante e Iagles Alves Muniz. Eles informaram que o Brasil tem 6% dos projetos mundiais de MDL,

enquanto a China possui 39% e a Índia, 27%. A maioria dos projetos brasileiros está focada na diminuição de emissões de CO2 e de gás metano, como aterros sanitários, suinocultura, energia renovável, substituição de combustíveis fósseis e florestamento e reflorestamento.

Conduzida pelo presidente da subcomissão, senador João Pedro (PT-AM), a audiência pública conjunta contou também com a participação do presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), e dos senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Blairo Maggi (PR-MT).

## Para Vanessa, Código Florestal precisa mudar

A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) afirmou que há consenso sobre a importância de modificar o Código Florestal e que acredita que o projeto deve ser votado até o final do ano. Ela participou de debate ontem com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira (veja pág. 5). A parlamentar fez questão de elogiar o trabalho realizado pelo relator da proposta na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Segundo ela, a imprensa deu a impressão de que o texto do relator dá anistia para todos, “pequenos e grandes”. Mas ela declarou que, em relação ao artigo 33 do PLC 30/2011, “não houve nenhum objetivo de anistiar amplamente” os produtores rurais que desmataram áreas de preservação.

Vanessa acha que o Senado deve alterar o artigo do código que libera da recomposição florestal áreas de até quatro módulos fiscais, medida que condena.

A senadora disse esperar que os dois relatores no Senado, Luiz Henrique (PMDB-SC), nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e Jorge Viana (PT-AC), na Comissão de Meio Ambiente (CMA), cheguem a um texto de consenso.



Vanessa é contra liberar pequenas propriedades da recomposição

## Especialistas alertam: luta contra pobreza está apenas no início

Especialistas ouvidos na audiência pública “Pobreza: como superar?”, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, foram unânimes ao reconhecer o sucesso dos programas governamentais de transferência de renda, mas alertam que o desafio contra a pobreza está apenas começando.

Marília Leão, presidente da ONG Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, elogiou a estratégia do governo Lula de combate à fome, reunindo políticas públicas e de segurança alimentar. Em sua opinião, é preciso incluir o ensino básico entre os objetivos do programa Brasil Sem Miséria, pois “as pessoas precisam ser educadas para reivindicar direitos”.

Diana Sawyer, do Centro In-



Marília Leão (E), ao lado do senador Randolfe Rodrigues: é preciso incluir o ensino básico no Brasil Sem Miséria

ternacional de Políticas para o Desenvolvimento Inclusivo da ONU, comemorou a redução da extrema pobreza, mas alertou que o índice de urbanização aumenta mais rapidamente do que se verifica redução da miséria.

Marcel Burszty, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), classificou o momento brasileiro como relativamente “virtuoso”, destacando que o Brasil vive um “bônus

demográfico” resultante de três décadas de declínio da taxa de crescimento populacional, a economia brasileira apresenta bom desempenho e as perspectivas de aumento de consumo são positivas.



Izabella Teixeira alertou os senadores para o fato de que, tal como está, proposta também compromete as áreas de proteção permanente

## Ministra aponta itens que preocupam

No debate com os senadores das comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a ministra do Meio Ambiente, Izabella

Teixeira, apresentou as principais preocupações do governo em relação ao projeto de Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados.

### INCONSISTÊNCIAS PODEM GERAR INSEGURANÇA JURÍDICA

A ministra disse que o projeto “deixa zonas cinzentas”, a começar pelo artigo 8º, que não define critérios para supressão de vegetação em APP. Em resposta a questionamentos de Blairo Maggi (PR-MT) e Ana Amélia (PP-RS), ela afirmou que o texto é genérico quando estabelece regras para a regularização de áreas desmatadas, o que pode dar margem a processos na Justiça.

Inconsistências no projeto foram também apontadas pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), para quem o texto irá motivar a abertura de ações judiciais. Ele citou, como exemplo, a forma genérica do conceito de “área consolidada” usada no texto.

A ministra concordou que o projeto cria “nuvens de incertezas” e citou parte do texto que prevê a compensação de reserva legal independentemente da data em que houve a supressão da vegetação, o que pode induzir a novos desmatamentos.

### REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DESMATADAS E ANISTIAS

Izabella Teixeira afirmou que o novo Código Florestal “não deve colocar no mesmo cesto quem cumpriu a lei e quem não cumpriu”.

Para a ministra, aqueles que seguiram a lei devem contar com segurança jurídica para continuar suas atividades. Já para os que descumpriram a legislação ambiental, o novo código deve prever condições para regularização de suas áreas.

– O governo não aceita qualquer entendimento sobre anistia que sobrevalorize a área consolidada ao invés de privilegiar interesse social, utilidade pública e baixo impacto ambiental – disse.

As regras para regularização previstas no projeto de reforma do código, de acordo com ela, são incoerentes, geram insegurança jurídica e abrem janelas para uso irregular de áreas protegidas, devendo, portanto, ser reformuladas pelos senadores.

### INCENTIVOS ECONÔMICOS PARA MANTER E RECOMPOR FLORESTA

O uso de instrumentos econômicos para incentivar a manutenção de florestas ou até mesmo a recomposição de áreas desmatadas deveria ser mais bem explorado no texto do novo código, na opinião da ministra do Meio Ambiente. Com opinião semelhante, Eduardo Braga (PMDB-AM) ponderou que as áreas protegidas podem ser transformadas em ganho para os proprietários rurais, a partir do uso de instrumentos econômicos.

Para o senador, o pagamento por serviços ambientais podem ser usados para estimular a recuperação de APPs e áreas de reserva legal. A preocupação em apoiar aqueles que querem reflorestar também foi manifestada por Blairo Maggi e Waldemir Moka (PMDB-MS). Ao comentar o assunto, a ministra disse acreditar que os senadores poderão explorar as potencialidades dos mecanismos econômicos ao fazer as modificações no projeto.

### AGRICULTURA FAMILIAR E QUATRO MÓDULOS FISCAIS

O artigo do projeto que libera da recomposição das áreas desmatadas as propriedades de até quatro módulos fiscais foi criticado por Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Anibal Diniz (PT-AC).

A ministra disse que a questão da agricultura familiar está entre os pontos que preocupam o governo. Braga respondeu que não são as atividades de propriedades familiares na Amazônia que causam estragos, mas sim grandes áreas degradadas e abandonadas, que geram “desbarrancamento, desmoronamentos e assoreamento dos rios”.

Rodrigo Rollemberg disse que as medidas visando à regularização a serem previstas no novo código devem considerar três tipos de ocupações de terra: as feitas em tempos remotos; as incentivadas por governos nas últimas décadas, sob outra legislação; e as irregulares feitas na vigência das atuais leis ambientais.

### ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS: CONTROLE ESTRATÉGICO

Outro aspecto que mobilizou o debate diz respeito à divisão de competências na regulamentação das questões ambientais. Para Luiz Henrique, relator do projeto na CCJ, deve haver a descentralização dessas competências. Segundo ele, a União deve seguir a Constituição e se ater a normas gerais.

Para a ministra, o controle sobre a supressão de vegetação deve ser visto como medida estratégica. Delegar poder aos municípios para autorizar a supressão de vegetação em área protegida poderá se traduzir em perdas para o país, disse ela. Izabella defendeu a manutenção de diálogo com os estados sobre questões específicas em relação às áreas protegidas. O Código Florestal é uma norma geral e leva em conta que “os ecossistemas não respeitam os limites geopolíticos”, disse.

### APP EM ÁREA URBANA: ÚNICA FORMA DE EVITAR CATÁSTROFES

Ao comentar preocupação do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), Izabella Teixeira disse que a manutenção de APPs em área urbana é um assunto de utilidade pública. Para ela, a questão não está tratada de forma adequada no projeto. Segundo a ministra, durante debate na Câmara não houve consenso sobre a forma de tratar o assunto, se em item específico no novo código ou se em outra lei.

Estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente mostra a relação entre a retirada de vegetação em APP e os desastres decorrentes das fortes chuvas ocorridas no início do ano no Rio de Janeiro, informou a ministra. Para ela, a manutenção de área de preservação permanente nas cidades é fator essencial para evitar degradação do solo e reduzir riscos de catástrofes climáticas.

# Para governo, novo Código Florestal induz ao desmatamento

O PROJETO DE reforma do Código Florestal (PLC 30/11) dá margem a diferentes interpretações, induz ao desmatamento e pode levar ao fim das áreas de preservação permanente (APPs). A preocupação foi apresentada ao Senado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

– O texto é inaceitável, pois, da forma com está redigido, leva ao fim das áreas de preservação permanente. APP é vida, assegura a água, o solo, a proteção da fauna. Sem isso, não temos serviços ambientais, que são estratégicos para a produção sustentável da agricultura brasileira – disse, referindo-se ao artigo 8º do texto, fruto da Emenda 164, apresentada por deputados do PMDB e aprovada na Câmara.

No debate de ontem, Izabella Teixeira destacou consequências para a economia brasileira resultantes do desgaste do solo devido à perda de vegetação.

– O país perde atualmente 822 milhões de toneladas de solo agrícola por ano e o assoreamento tem resultado na redução anual de 0,5% do volume dos reservatórios de água – frisou, defendendo que o país guarde coerência entre políticas para produção agrícola, proteção de florestas e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

A ministra conclamou os senadores a elaborarem uma legislação que

evite contradições no modelo de desenvolvimento.

– Não podemos expandir uma agricultura em torno de florestas primárias, quando temos imensas áreas degradadas como oferta. É preciso se ter uma visão estratégica de fomentar, de recuperar, de criar incentivos, de criar infraestrutura para tornar essas áreas competitivas, reduzindo a pressão sobre as florestas.

Na opinião da ministra, a biodiversidade brasileira é um ativo que deve ser utilizado de forma sustentável, para gerar riquezas para o país. Ela disse esperar que o Senado faça mudanças no projeto, a fim de que a nova lei assegure uma visão estratégica da biodiversidade como oportunidade, e não como obstáculo ao desenvolvimento.

– É a partir dessa riqueza que iremos gerar mais riquezas para o país.

Ao longo de quase seis horas de debate, em audiência conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Izabella Teixeira apresentou a visão do governo sobre diferentes aspectos do projeto que tramita no Senado. O debate foi coordenado pelos senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, e Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA.



Izabella expõe posição do governo nas comissões presididas por Acir Gurgacz (E) e Rodrigo Rollemberg

## Projeto deve ser votado na CCJ antes do recesso, anuncia Jorge Viana

O projeto do novo Código Florestal deve ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes do recesso – ou seja, até a primeira quinzena de julho –, para então ser examinado em outras comissões da Casa. Foi o que informaram os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC), logo após o debate com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Jorge Viana é o relator do projeto na CMA. Já Luiz Henrique é o relator em outras duas comissões: CCJ e CRA. Viana disse que Luiz Henrique pretende apresentar seu relatório na CCJ o mais rapidamente possível – o que foi confirmado pelo senador catarinense – para que a matéria possa ser votada antes do recesso.

Segundo Jorge Viana, o relatório de Luiz Henrique na CCJ vai se restringir aos aspectos jurídicos e constitucionais, deixando para a CMA e a CRA, a partir

do segundo semestre, as discussões quanto ao mérito do projeto.

– Quem sabe tenhamos, até meados de setembro, um texto que possua alguma sintonia entre a posição de Luiz Henrique e a minha – disse.

De acordo com o presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg, o ideal é que o Congresso conclua a votação do novo Código Florestal até dezembro, de modo a encerrar o ano com essa questão resolvida.

Como a Câmara terá de examinar as mudanças feitas no Senado, Rollemberg diz que seria aconselhável o Senado enviar o projeto para análise dos deputados entre outubro e o início de novembro.

Jorge Viana afirmou que “é preciso trabalhar sobre o que falta no projeto, isso é, sobre questões como clima, cidades e políticas públicas que estimulem a economia florestal”.



# Senado homenageia 80 anos de Fernando Henrique Cardoso

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi homenageado ontem no Senado pelo seu aniversário de 80 anos. Parlamentares de diversos partidos cumprimentaram FHC, que, em 1982, chegou ao Senado como representante de São Paulo na vaga de Franco Montoro, de quem era suplente. Atuou na campanha Diretas

Já, na articulação da candidatura de Tancredo Neves à Presidência, em 1984, e foi líder do governo no Congresso. Em 1992, assumiu o Ministério das Relações Exteriores do governo Itamar Franco e, em 1993, tornou-se ministro da Fazenda, lançando o Plano Real. Deixou o ministério em 1994 para disputar a Presidência e se reelegeu em 1998.



Senador participou da campanha de FHC ao Senado nos anos 1970

## Para Suplicy, homenagem é merecida

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou em Plenário a homenagem do PSDB aos 80 anos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no auditório Petrônio Portella. O evento contou com a presença de mais de mil pessoas, relatou.

– Tantos amigos, de uma maneira suprapartidária, homenagearam, merecidamente, o Fernando Henrique Cardoso – disse o senador.

Suplicy ressaltou a contribuição do ex-presidente para a democratização do país e afirmou ter participado da campanha de Fernando Henrique para senador pelo MDB nos anos 1970. Lembrou ainda discurso feito pelo tucano em 1991 em favor da garantia de renda mínima e do programa Bolsa Escola, criado durante o governo FHC.

– Continuei sempre a dialogar com respeito e amizade junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive em momento em que tivemos algumas opiniões diferentes, tais como registrou a presidenta Dilma Rousseff em sua tão bonita carta.

A carta aberta de Dilma Rousseff reconhece a contribuição de FHC para a estabilidade econômica e a democracia brasileiras.

## Cristovam pede união anti-inflação

Cristovam Buarque (PDT-DF) mencionou a “rara unidade” de diversos partidos durante a homenagem ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e pediu a união de todos no combate à inflação.

O senador lembrou que FHC lutou contra o regime militar, foi senador e presidente da República e é um intelectual reconhecido mundialmente. Um dos pontos altos de sua trajetória, na opinião de Cristovam, foi a atuação na reorganização da economia brasileira.

Cristovam também lembrou a importância de Itamar Franco (PPS-MG) no controle da inflação. Itamar era presidente e Fernando Henrique era ministro da Fazenda em 1994, época do lançamento do Plano Real.

– Essa reorganização justifica a unidade em torno da homenagem e essa unidade tem de chegar ao Congresso e alcançar todo o Brasil, para que o país não tenha mais o risco da inflação.

O senador ressaltou que o Banco Central anunciou a meta inflacionária de 4,5% para o ano de 2013. O regime de metas é importante, afirmou ele, mas o Brasil precisa diminuir esse patamar. Só dois países têm objetivos mais liberais que o Brasil: Gana (19,3%) e Turquia (6,3%).

– Nós ainda temos tempo de fazer as coisas sem a população estar nas ruas, jogando pedra nos políticos. Precisamos tentar a unidade para respeitar nossa moeda, como respeitamos nossa Bandeira e nosso Hino.



Paulo Paim leu carta do governador gaúcho sobre Fernando Henrique

## Em carta, Tarso Genro elogia capacidade política

Paulo Paim (PT-RS) leu carta do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, em homenagem aos 80 anos de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Paim, o governador solicitou que a carta fosse entregue ao ex-presidente na homenagem de ontem, no Auditório Petrônio Portella.

Na carta, Tarso Genro reconhece a importância do projeto democrático do governo de Fernando Henrique e elogia sua capacidade política e intelectual.

Em aparte, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) agradeceu a carta do governador e o reconhecimento à trajetória de FHC feito por Paim, dizendo que o momento é de “distensão política”. A senadora afirmou que Paim também tem “grande importância” para o Brasil, principalmente para os mais carentes.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a carta é um “ato de elegância política”, já que Genro é do PT. Já o senador João Pedro (PT-AM) lembrou que tanto FHC quanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva lutaram contra o regime militar e são figuras importantes da política nacional.



Vice-presidente Michel Temer (2º à dir.), entre três ex-presidentes – FHC, Sarney e Fernando Collor

## PSDB organiza evento para aniversário de ex-presidente

Oito anos depois de deixar o Palácio do Planalto, Fernando Henrique Cardoso foi homenageado ontem pelo seu 80º aniversário em evento promovido pelo PSDB no Auditório Petrônio Portella, no Senado.

Ao se encontrar com o presidente da Casa, José Sarney, brincou: “Estamos ficando velhos, Sarney”. O senador respondeu: “Velhos, não. Velho é aquele que tem um ano mais do que eu”, disse Sarney, que fez 81 em 24 de abril.

Na solenidade, apresentada pela atriz Fernanda Montenegro, FHC falou das “formidáveis

mudanças em curso no mundo” e de sua resolução de dedicar-se agora a causas como o combate ao crime organizado e às drogas, flagelos que, em sua opinião, “não só angustiam a sociedade como ultrapassam as fronteiras do país”.

– Tive tanto, ganhei tanto nessa vida, quase sem perceber. Eu nunca imaginei, apesar do que dizem por aí, que ia ser presidente do Brasil, nem uma vez. Fui duas.

Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes também elogiou o papel político que FHC desempenhou no Brasil.

## Brasil ainda precisa dar salto de qualidade, diz tucano

“Eu me sinto mais jovem hoje e, é com esse renascimento aos 80 anos, que tentarei com humildade seguir os conselhos que recebi aqui hoje”, disse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ao agradecer a homenagem de ontem no Senado.

Ele reconheceu o desenvolvimento do Brasil nos últimos anos, mas disse que ainda há muito a ser feito. Na avaliação de Fernando Henrique, é preciso

melhorar a qualidade do ensino e encontrar meios de combinar crescimento econômico com sustentabilidade, garantindo que todos “se sintam participantes desse crescimento”.

De acordo com FHC, embora os brasileiros tenham mais acesso à educação e à saúde, é preciso qualificar os serviços públicos do país.

– Falta muito para o salto de qualidade – afirmou.

## Contra sigilo, FHC admite que assinou decreto sem perceber

Fernando Henrique Cardoso disse ontem não ver razão para que documentos históricos do país sejam mantidos em sigilo por tempo indeterminado. O ex-presidente assinou um decreto estabelecendo sigilo por tempo indeterminado para alguns documentos.

– Fiz sem tomar conhecimento, no último dia de mandato, uma pilha de documentos e só vi dois anos depois – explicou

FHC, que se encontrou com o presidente do Senado, José Sarney, antes de participar de homenagem de seu partido.

Sarney já declarou apoiar integralmente o texto original do projeto enviado ao Congresso em 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PLC 41/10), que não especifica limitação na possibilidade de renovação do caráter sigiloso de um documento oficial.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cicero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro\*  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Roberto Requião • Mozarildo Cavalcanti • Paulo Paim

\* Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cintia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP





Anibal pede apoio para projeto do senador Randolfe Rodrigues

Felipe Barro/Senado Federal

## Anibal Diniz pede atualização dos índices de distribuição do FPE

O senador Anibal Diniz (PT-AC) manifestou ontem seu apoio ao projeto que redefine os coeficientes individuais dos estados e do Distrito Federal para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que busca reduzir disparidades econômicas regionais.

O PLS 289/11 – Complementar, do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), atualiza a fórmula de partilha, já que o dispositivo utilizado anteriormente foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro de 2010, pois se baseava em critérios ainda de

1991. Cabe ao Congresso aprovar os novos parâmetros até o fim de 2012, explicou ainda o senador.

Pelo texto, serão considerados dados como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), renda *per capita*, população, superfície territorial, propor-

ção de unidades de conservação, áreas indígenas, produto interno bruto (PIB) e taxa de saneamento básico. Hoje, os critérios incluem 5% conforme a superfície territorial e 95% de acordo com a população e o inverso da renda *per capita* de cada unidade da Federação.

## PEC regula ICMS no comércio eletrônico

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu em Plenário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 56/11, que regulamenta a cobrança do ICMS quando a operação ocorrer no comércio eletrônico. O senador assinalou a importância e relevância do tema diante do crescimento da tecnologia, da informática e da internet.

A PEC, apresentada no último dia 17, propõe que 12% da receita tributária da operação fique para o estado de origem e 5% para o estado de destino. Luiz Henrique disse que a difusão do comércio virtual alterou a balança comercial, com considerável perda para os estados consumidores.



Senador diz que difusão do comércio pela web alterou a balança comercial

Genivaldo Magalhães/Senado Federal

## Jayme culpa governo por déficit da Previdência

Jayme Campos (DEM-MT) atribuiu ao governo federal a principal parcela de responsabilidade pelo déficit nas contas do sistema de previdência dos servidores públicos.

Para o senador, os benefícios pagos aos servidores geram apenas parte do rombo total verificado anualmente na Previdência Social, devendo ser também considerados para o cálculo desse resultado negativo os valores gastos com aposentadorias de trabalhadores rurais, bem como a sonegação realizada pelo próprio Poder Executivo, que não recolhe o que deve à Previdência.

– O servidor público não pode ser o bode expiatório deste descontrolado – disse Jayme.



Para Jayme Campos, servidor público não pode ser o “bode expiatório”

Felipe Barro/Senado Federal

## Lindbergh propõe isonomia para os domésticos

Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu ontem sua proposta de emenda à Constituição que assegura aos trabalhadores domésticos todos os direitos previstos aos demais (PEC 59/11). O senador baseou-se na convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estende a esses trabalhadores direitos básicos como aposentadoria, salário-família, horário semanal definido e pensão por morte.

– Não dá mais para aceitar essa discriminação injustificável. Além de fazer justiça, a nova lei também vai ajudar a transformar alguns velhos hábitos humilhantes, que continuam passando de pai para filho na elite e na classe média – criticou.

Pela proposta, a equiparação significará, por exemplo, alcance a direitos como o FGTS, pagamento que hoje é opcional; folga semanal de, pelo menos, 24 horas consecutivas; jornada de trabalho de até 44 horas semanais e o consequente recebimento de horas extras; e adicional noturno para quem trabalha além das 22h.

## Ana Amélia critica apoio do BNDES à fusão no varejo

Ana Amélia (PP-RS) criticou ontem a intenção do BNDES de emprestar mais de R\$ 4,5 bilhões para a fusão dos grupos Carrefour e Pão de Açúcar, obtendo uma participação como sócio. A senadora ressaltou que a fusão significará prejuízos não só aos agricultores, mas aos consumidores.

– Enquanto 30 mil famílias de produtores de arroz em 200 municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina não conseguem que o governo pague o preço mínimo pelo produto, para ao menos cobrir os custos de produção, o BNDES aporta recursos públicos para promover a concentração de aproximadamente um terço do varejo brasileiro nas mãos de um único dono – criticou.



Ana Amélia: fusão trará prejuízos para agricultores e consumidores

Lia de Paula/Senado Federal

## Sarney: orçamento impositivo evita restos a pagar

O presidente do Senado, José Sarney, considera que o problema dos restos a pagar só será resolvido definitivamente quando for adotado um orçamento impositivo. O governo federal decidiu prorrogar por mais três meses o prazo que vence ontem para o pagamento desses compromissos pendentes, oriundos em sua maioria de emendas parlamentares destinando recursos a estados e municípios, referentes ao Orçamento de 2009.

– Eu apoiei o projeto do senador Antonio Carlos Magalhães do orçamento impositivo. Acho que essa é uma fórmula que vai melhorar o relacionamento do Congresso com o Executivo – afirmou.

Por sua vez, o vice-presidente da República, Michel Temer, propõe uma fórmula de orçamento impositivo que envolva a possibilidade de contingenciamento de fatia que exceder a previsão orçamentária.

– Acho que se tivermos uma parte do Orçamento impositivo será bom – disse Temer, para quem a prorrogação vai pacificar a base de apoio do governo no Congresso.



Moisés Bauer, Regina Atalla, Lindbergh Farias e Simone Albuquerque: preocupação com abrangência de programas federais

Genivaldo Magalhães/Senado Federal

## ONGs exigem pessoas com deficiência em programa

Rede latino-americana de entidades quer inclusão de pessoas com deficiência no Brasil sem Miséria. Programa não faz distinções, explica representante do governo

EM DEBATE NA Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, a coordenadora da rede latino-americana de ONGs do setor, Regina Atalla, criticou a não inclusão de pessoas com deficiência no programa Brasil sem Miséria, lançado no início de junho pela presidente Dilma Rousseff.

– Por que as pessoas são invisíveis às políticas públicas? Por que esse plano foi elaborado sem se mencionar as pessoas com deficiência que vivem em situação de pobreza extrema?

A representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Simone Aparecida Albuquerque, explicou

que o programa não fez distinções, incluindo aqueles que não foram contemplados nas demais políticas sociais federais.

O presidente da subcomissão, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que um dos maiores desafios está na destinação de recursos públicos para a doação de cadeiras de rodas.

## Sérgio Souza lamenta prejuízos com clima no PR

Sérgio Souza (PMDB-PR) lamentou, em seu primeiro discurso no Senado, a chuva de granizo que, no sábado, destruiu plantações e residências no sudoeste do Paraná. O estado também amargou perdas decorrentes de geadas nas lavouras de milho, trigo, café e nas pastagens.

O senador ainda festejou o lançamento do novo Plano Safra da Agricultura Familiar, em Francisco Beltrão (PR), pela presidente Dilma Rousseff. E lembrou que o Senado dos Estados Unidos aprovou, em junho, emenda que elimina subsídios e tarifa de importação sobre o etanol brasileiro. A decisão passará pela Casa de Representantes e pela sanção do presidente Barack Obama.



Sérgio Souza comemora lançamento do novo Plano Safra em Francisco Beltrão

Lia de Paula/Senado Federal

## Mozarildo pede por aprovação de hidrelétrica em RR

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo à Câmara dos Deputados para apressar a votação do projeto que autoriza o governo federal a construir uma hidrelétrica em Roraima. O PDS 434/06 permite aproveitar o potencial energético da cachoeira do Tamanduá, no rio Cotingo, e aguarda votação da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa.

Mozarildo justificou o pedido salientando que a Eletronorte enfrenta situação inusitada na região: os funcionários estão sendo impedidos de entrar na reserva indígena de São Marcos para fazer a manutenção da rede elétrica que leva energia da Venezuela até Boa Vista e outros quatro municípios.



Mozarildo defende aprovação do projeto na Câmara dos Deputados

Lia de Paula/Senado Federal



Pela primeira vez, país terá representantes nos dois países. Indicados veem potencial de crescimento nas relações comerciais e oportunidades para empresas brasileiras



Marcos Borges Duprat (E), senador Fernando Collor e José Jorge Alcazar Almeida: primeiros embaixadores nos dois países

# CRE aprova embaixadores junto ao Nepal e a Serra Leoa

AS INDICAÇÕES DOS primeiros embaixadores no Nepal e em Serra Leoa foram aprovadas ontem por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As mensagens presidenciais apontando os ministros de segunda classe Marcos Borges Duprat Ribeiro e José Jorge Alcazar Almeida seguem agora para o Plenário.

Os dois futuros embaixadores ressaltaram aos senadores a necessidade de maior aproximação com países em desenvolvimento na Ásia e na África. E incluíram entre suas propostas de trabalho o estímulo à participação de empresas brasileiras em obras de infraestrutura nos dois países.

Duprat – cuja mensagem teve como relator o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) –

considerou um “gesto pioneiro” a recente abertura da embaixada brasileira em Katmandu. Na capital do Nepal, como observou, não há outra embaixada de um país latino-americano.

O diplomata ressaltou a posição estratégica do Nepal, situado entre as duas maiores potências emergentes do planeta, Índia e China, e informou que existem planos para unir os sistemas viários dessas potências asiáticas por meio daquele país.

O embaixador indicado informou que a empresa brasileira Braspower participa da construção de uma usina hidrelétrica no rio Arun, que vai gerar 400 megawatts e permitir a exportação de excedentes de energia a países vizinhos. Ele disse ainda que está pronto para ser

assinado um acordo bilateral de cooperação técnica, que deverá envolver áreas como energia, agricultura e programas sociais, onde, a seu ver, a experiência brasileira “poderá ser de grande utilidade para o Nepal”.

## Serra Leoa

Para Jorge Alcazar, cuja mensagem foi relatada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a abertura da nova embaixada brasileira em Freetown, capital de Serra Leoa, permitirá ao Brasil “ocupar um relativo vazio diplomático e comercial” existente na relação bilateral. O intercâmbio entre os dois países alcançou apenas US\$ 14,2 milhões em 2010, dos quais somente US\$ 66 mil em importações.

Empresas brasileiras poderiam, segundo Alcazar, trabalhar na construção de usinas hidrelétricas em Serra Leoa. Também há oportunidades, como informou, na construção ou reconstrução de aeroportos e estradas. No plano político, ele ressaltou a importância do apoio da África à posição brasileira em defesa da reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

– É preciso avançar a novos patamares de intercâmbio com os nossos vizinhos do outro lado do Atlântico – afirmou.



## Tratado Constitutivo da Unasul tem parecer favorável da CRE

Pouco mais de três meses depois da sua entrada em vigor, com a adesão de nove países, o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) está mais próximo de ser ratificado pelo Brasil. A CRE apresentou, ontem, parecer favorável ao projeto de decreto legislativo (PDS 138/11) que aprova o texto do tratado e será votado pelo Plenário em regime de urgência.

Os países da Unasul deverão, segundo o tratado, “construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos”. A organização deverá priorizar

o diálogo político com vistas a “eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados”.

O tratado foi firmado em maio de 2008, em Brasília, pelos presidentes de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. O texto entrou em vigor em 11 de março, um mês depois da ratificação pelo Uruguai.

A Secretaria-Geral da Unasul terá sede em Quito, no Equador.

## Paulo Paim elogia Bolívia e Equador no Mercosul

A decisão do Mercosul de incorporar a Bolívia e o Equador ao bloco foi elogiada por Paulo Paim (PT-RS). “Deus queira que, em breve, outros membros associados como Chile, Peru e Colômbia possam também estar efetivamente no Mercosul”, disse.

O senador informou que o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, alto representante do Mercosul, viajará à Bolívia e, em seguida, ao Equador, acompanhado por diplomatas dos quatro países membros – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, para iniciar as negociações. Acrescentou que o intercâmbio comercial dentro do bloco passou de US\$ 4,5 bilhões em 1991, para US\$ 45 bilhões em 2010, e a expectativa é de superar os US\$ 50 bilhões em 2011.

## Cassol critica Inbra por não entregar títulos

Ivo Cassol (PP-RO) criticou ontem o Inbra pela demora em fornecer o registro definitivo das terras aos assentados de diversos municípios de Rondônia. Segundo o senador, esses assentamentos existem há 18 anos e até agora os produtores não receberam o documento oficial de posse da terra.

– Sempre cobre, quando era governador do estado, e continuo cobrando da tribuna do Senado a lentidão do Inbra em liberar os títulos de regularização das terras. Do jeito que está não pode continuar. É preciso no comando do Inbra alguém com sangue nas veias – afirmou Cassol.



Felipe Barro/Senado Federal

## Ana Rita saúda ida de Graziano para a FAO

A senadora Ana Rita (PT-ES) comemorou a eleição de José Graziano como diretor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Graziano é o primeiro latino-americano a presidir a entidade.

– Com o governo Lula, a luta contra a fome se tornou uma questão primordial, com direito a programas específicos e muitas visitas cordiais a outros países do mundo com a bandeira de erradicação desse mal – afirmou, assinalando que 20 milhões de pessoas no mundo morrem por ano por causa da fome e 1,1 bilhão vive na pobreza.



Felipe Barro/Senado Federal

## Ângela lembra que Caburá é o extremo norte

Ângela Portela (PT-RR) reforçou em Plenário ontem a informação de que o extremo norte do país fica em seu estado, Roraima, e não no Amapá. Reconhecido oficialmente desde 1998, o ponto mais ao norte no território brasileiro encontra-se no Monte Caburá, dentro do Parque Nacional do Monte Roraima. O local está 84 quilômetros mais ao norte do que o Cabo Orange, no Oiapoque.

A senadora disse que é preciso corrigir a expressão costumeiramente usada pela população de que o Brasil vai “do Oiapoque ao Chui” para “do Caburá ao Chui”.



Felipe Barro/Senado Federal

## João Pedro exalta eleição de Graziano à FAO

João Pedro (PT-AM) disse ontem que a eleição de José Graziano da Silva para a direção-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) reflete a nova posição do país no cenário mundial.

De acordo com o senador, a eleição de Graziano, que foi ministro do governo Lula, mostra a nova liderança brasileira no mundo, principalmente no combate à fome e às desigualdades. João Pedro lembrou ser uma experiência nova um governo popular de esquerda dirigir o Brasil, com políticas definidas de inclusão social e de distribuição de renda.



Felipe Barro/Senado Federal

## Valdir Raupp quer recurso chinês na Transcontinental

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu que o Brasil aproveite o interesse chinês em investir no país, especialmente na Ferrovia Transcontinental, que vai do Rio de Janeiro e Bahia até Rondônia. A ferrovia levará a soja de Mato Grosso e outras cargas até o porto graneleiro de Porto Velho, que pode seguir posteriormente até o oceano Pacífico, com a prolongação da linha até o Peru – daí o interesse chinês.

– A ferrovia trará uma redução significativa de custos operacionais na exportação dos produtos que compõem a maior parte da balança comercial.



Felipe Barro/Senado Federal

## Delcídio estranha saída da Força Nacional de MS

Delcídio do Amaral (PT-MS) se disse surpreso com a notícia da possível saída da Força Nacional do município de Ponta Porã (MS), na fronteira com o Paraguai. De acordo com Delcídio, a presença da Força foi conseguida depois de grande esforço da bancada federal e do governo do estado.

O senador informou que a estrutura foi montada para que a Força Nacional fizesse a supervisão das fronteiras, “inclusive usando veículos aéreos não tripulados”. O monitoramento, acrescentou, é importante para garantir a segurança e a sanidade animal.



Genaldino Magalhães/Senado Federal